

24/1

revista do centro de estudos humanísticos

série ciências da linguagem

2010

diacrítica

CEHUS



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

Título: DIACRÍTICA (Nº 24/1 – 2010)
Série Ciências da Linguagem

Directora: Ana Gabriela Macedo

Directores-Adjuntos: Carlos Mendes de Sousa; Vítor Moura

Coordenadora: Pilar Barbosa

Comissão Redactorial: Maria do Pilar Pereira Barbosa, Andréia S. Rauber, José de Sousa Teixeira

Comissão Científica: Ubiratã Kickhöfel Alves (U. Federal do Rio Grande do Sul), Jorge Morais Barbosa (U. Coimbra), Anabela Barros (U. Minho), Maria Clara Barros (U. Porto), Henrique Barroso (U. Minho), Adair Bonini (U. Federal de Santa Catarina), Rossana de Felipe Böhlke (U. Federal do Rio Grande), António Branco (U. Lisboa), Ana Brito (U. Porto), Ivo Castro (U. Lisboa), João Costa (U. Nova de Lisboa), Antónia Coutinho (U. Nova de Lisboa), Sónia Cyrino (U. Estadual de Campinas), Luís Cunha (U. Porto), Isabel Cristina Costa Alves Ermida (U. Minho), Débora Figueiredo (U. Federal de Santa Catarina), Adriana Fischer (U. Minho), Cristina Flores (U. Minho), Maria João Freitas (U. Lisboa), Sónia Frota (U. Lisboa), Filomena Gonçalves (U. Évora), José Luís Cifuentes Honrubia (U. Alicante), Mary Kato (U. Campinas), Denise Cristina Kluge (U. Federal do Paraná), Sílvia Lima (U. Minho), Luciane Malatér (U. Federal do Rio Grande), Maria Aldina Bessa Ferreira Rodrigues Marques (U. Minho), Ana Maria Martins (U. Lisboa), Gabriela Matos (U. Lisboa), Carmen Lúcia Barreto Matzenauer (U. Católica de Pelotas), Dieter Messner (U. Salzburgo), António Miranda (U. Aveiro), Maria Antónia Mota (U. Lisboa), Fátima Oliveira (U. Porto), Conceição Paiva (U. Federal do Rio de Janeiro), Aleksandra Piasecka-Till (U. Federal do Paraná), Maria Emília Pacheco Lopes Pereira (U. Minho), Hans Schemann (U. Minho), Amadeu Torres (U. Católica Portuguesa), Graça Rio-Torto (U. Coimbra), José Luís Rodrigues (U. Santiago de Compostela), Álvaro Sanromán (U. Minho), Pedro Santos (U. Algarve), Izabel Christine Seara (U. Federal de Santa Catarina), Augusto Silva (U. Católica Portuguesa), Rosane Silveira (U. Federal de Santa Catarina), Flaviane Svartman (U. Estadual de Campinas), Marina Vigário (U. Lisboa), José Teixeira (U. Minho), Monserrat Comesaña Vila (U. Minho)

Obs: Para além de artigos de professores e investigadores convidados, a revista acolhe propostas de publicação de colaboradores internos e externos ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, que serão sujeitas a arbitragem científica segundo um modelo de revisão por pares. Os artigos propostos para publicação devem ser enviados ao Coordenador. Não serão devolvidos os originais dos artigos não publicados.

Edição: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho em colaboração com Edições Húmus – V.N. Famalicão. *E-mail:* humus@humus.com.pt

Publicação subsidiada por
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ISSN: 0807-8967

Depósito Legal: 18084/87

Composição e impressão: Papelmunde – V.N. Famalicão

ÍNDICE

- 5 Percepção e produção de vogais anteriores do inglês por falantes nativos de mandarim
Andréia Schurt Rauber | Anabela Rato | Ana Lúcia Silva
- 25 Discourse-agreement features, phasal C and the edge: A minimalist approach
Ángel Jiménez Fernández
- 49 A percepção de vogais do alemão por bilingues luso-alemães: remigrantes sofrem erosão fonológica?
Cristina Flores | Andréia Schurt Rauber
- 75 Português Médio: uma fase de transição ou uma transição de fase?
Esperança Cardeira
- 97 Os lemas em ‘-acção’ e a base IV do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990
Francisco Miguel Valada
- 109 Sintaxe e prosódia na organização da estrutura frasal do português: um estudo da distribuição sintática entre advérbios e complementos
Gabriel de Ávila Othero
- 123 Representações étnicas na imprensa americana:
A construção do outro na cobertura jornalística do 11 de Setembro
Isabel Ermida
- 151 Os conflitos linguísticos no mundo: a situação no Quebeque
Jony Do Mar
- 193 Academic writing practices in Portugal:
survey of Humanities and Social Science researchers
Karen Bennett
- 211 Atitudes linguísticas: uma pesquisa em escolas públicas de Juiz de Fora (MG – Brasil)
Lucia F. Mendonça Cyranka
Claudia Roncarati
- 233 Evidências para uma abordagem pancrônica da mudança linguística e da estabilidade: o caso do verbo *poder*
Lucia M. A. Ferreira
- 249 Aspectos fonológicos e morfossintáticos da aquisição dos ditongos nasais em Português europeu
M. João Freitas | Anabela Gonçalves | Fernanda Gonçalves
- 267 Estruturas cordenadas sem especificador realizado em português europeu
Madalena Colaço | Gabriela Matos

- 289 **Frontiers of Cognitive Neuroscience: An interview with Marcel Just**
Mailce Borges Mota | Augusto Buchweitz
- 303 **Effectivity of perceptual training tasks: The case of the English voiceless plosives**
Mara Silvia Reis
- 323 **Gramaticalização de formas dêiticas no português do Brasil**
Maria da Conceição de Paiva | Maria Luiza Braga
- 349 **A variação *ser/estar* num *corpus* alcobacense medieval**
The variation *ser/estar* in a medieval corpus from Alcobça
Maria José Carvalho
- 373 **A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786)**
Rolf Kemmler | Carlos Assunção | Gonçalo Fernandes
- 395 **Le passé simple/l'imparfait et leur co-texte: examen de quelques éléments**
co(n)textuels demandeurs de perfectivité ou d'imperfectivité
Sílvia Lima Gonçalves Araújo
- 431 **Análise da dupla concepção discursiva – oral e escrita – em manuscritos setecentistas**
Soélis Teixeira do Prado Mendes
- 449 **Uma abordagem semântica dos verbos simétricos do PB**
Teresa Cristina Wachowicz | Lara Frutos
- 471 **Gêneros e Tipos de texto: aproximações e distinções**
Vera Lúcia Paredes Silva
- 491 **Les voies d'avenir de la langue galicienne à l'ère de la globalisation**
Xosé Ramón Freixeiro Mato

Les voies d'avenir de la langue galicienne à l'ère de la globalisation

Xosé Ramón Freixeiro Mato*

Résumé

Après avoir présenté le galicien comme une langue historiquement minorisée sur son propre territoire par la pression séculaire de l'espagnol, cet article analyse les chemins qui se présentent pour le futur, avec leurs avantages et inconvénients. D'abord, dans un processus d'assimilation culturelle comme celui qui se produit en Galice, le bilinguisme, actuellement existant, renforce l'espagnol comme langue dominante et, de ce fait, ce bilinguisme devient transitoire et conduit au monolinguisme de l'espagnol. Face au bilinguisme, les discours sur le monolinguisme et le plurilinguisme suscitent polémique et leur pratique même pose des difficultés. Par contre, le sesquilinguisme offre des avantages évidents pour le combat contre l'impérialisme linguistique, soit de l'espagnol, soit de l'anglais. Et, finalement, sont étudiés l'écolinguisme et la défense des droits linguistiques comme le cadre le meilleur où inclure la survie des langues minorisées et du galicien en particulier.

Mots-clé : Langue galicienne, bilinguisme, plurilinguisme, sesquilinguisme, écolinguistique.

Resumo

Após a apresentação do galego como uma língua historicamente minorizada no seu próprio território pela pressão secular do castelhano, neste artigo anali-

* Universidade da Coruña (Galiza), Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística. freixei@udc.es

sam-se alguns caminhos que se lhe abrem para o futuro, com as suas vantagens e inconvenientes. Em primeiro lugar, num processo de assimilação cultural como o que se está a produzir na Galiza, o bilinguismo actualmente existente potencia o espanhol como língua dominante e converte-se numa situação transitória que conduz ao monolinguismo nesta língua. Face ao bilinguismo, os discursos sobre o monolinguismo e o plurilinguismo suscitam controvérsia e apresentam dificuldades para a sua plasmção na prática. Pelo contrário, o sesquilinguismo oferece vantagens evidentes para o combate contra o imperialismo linguístico, bem seja do espanhol, bem seja do inglês. E, por último, estudam-se o ecolinguismo e a defesa dos direitos linguísticos como o melhor marco em que enquadrar a sobrevivência das línguas minorizadas e do galego em particular.

Palavras-chave : Língua galega, bilinguismo, plurilinguismo, sesquilinguismo, ecolinguística.

Abstract

Besides presenting Galician as a historically viewed minority language in its own territory due to the secular pressure of Castilian, this article also analyses some future possibilities for the language, as well as their advantages and disadvantages. In a process of cultural assimilation like that about to take place in Galicia, the existing bilingualism increases the strength of Spanish as a dominant language and gives rise to a transitory situation which leads to monolingualism in this language. Against bilingualism, the discussion about monolingualism and multilingualism provokes controversy and presents difficulties when attempting to put it into practice. On the other hand, sesquilingualism has evident advantages in the struggle against linguistic imperialism, be it of Spanish or of English. Finally, ecolinguism is studied as a defence of linguistic rights and as the most appropriate framework for the survival of minority languages and in particular of Galician.

Keywords : Galician language, bilingualism, multilingualism, sesquilingualism, ecolinguistics.

1. Introduction

Le galicien a été une langue parlée par la majorité au cours des siècles derniers dans la société galicienne, mais une langue socialement mino-

risée par la présence dominante de l'espagnol. Même si elle perd lentement et progressivement des locuteurs, elle se maintient jusqu'à nos jours où elle se transforme en langue minoritaire sans perdre sa condition de langue minorisée. Telle est la situation à l'ère de ce qu'on appelle aujourd'hui la globalisation ou mondialisation qui, selon Fernández Rei (2003 : 23), se caractérise par l'uniformisation des modèles économiques et culturels au niveau planétaire. Nous pouvons donc affirmer que le galicien, en tant que langue minorisée, a déjà été victime de la globalisation avant même qu'on ait commencé à employer ce terme. La minorisation linguistique est une conséquence de l'apparition et de la consolidation de l'état moderne au XVIII^e siècle, comme l'affirme *Euro-mosaic* (1997 : 23), ce texte témoigne également de l'existence préalable de langues minoritaires auxquelles il faudrait ajouter les langues minorisées, comme le montre le cas du galicien. Étant donné que le phénomène de la "globalisation coloniale" débute entre le XV^e et le XVI^e siècle (Fernández Rei, 2003 : 24), accroissant la dépendance politique, les inégalités sociales et la perte des identités culturelles associées également à la mobilité sociale, on peut donc considérer que le galicien est entré lui aussi dans ce processus depuis la fin du Moyen-Âge.

Selon Constenla (2003 : 53), les études postcoloniales se bornent aux nations et aux communautés non occidentales qui par le passé ont été victimes du colonialisme et de l'impérialisme de l'Occident, dont l'agression a supposé un violent choc culturel "raisonnablement magnifié par la distance"¹. Ces mêmes études ont tendance à oublier les cas de domination politico-culturelle, très souvent au caractère violent, produits dans des territoires plus proches des états coloniaux, voire même à l'intérieur de ces états, quoique dans des régions périphériques. Lafont définit cette situation comme 'colonialisme intérieur'. Constenla de son côté, en ce qui concerne les nations sans État d'Europe, parle de 'post-colonialisme intérieur' et de 'colonialisme ou impérialisme politique et linguistique' lorsqu'il se réfère au cas concret de la Galice et du galicien (Constenla, 2003 : 54-55).

Tout ce processus historique a évolué, avec des modalités différentes, du XVI^e siècle jusqu'aux 25 dernières années du XX^e siècle, moment où des changements significatifs sont introduits. Lorsque la Galice réussit

¹ Toutes les traductions du galicien ou d'autres langues romanes en français sont responsabilité de l'auteur de l'article. Sont maintenues les citations originales en anglais.

à se doter d'institutions d'autogouvernement après la fin de la dictature franquiste et qu'elle adopte son Statut d'Autonomie (1981), le Parlement galicien ne tarde pas à voter la Loi de Normalisation Linguistique (1983), toujours en vigueur, qui consacre légalement le besoin de prendre des mesures visant à la "normalisation" de la langue galicienne. L'objectif principal de cette normalisation cherche à redonner au galicien la normalité perdue à la fin du Moyen-Âge moment où l'espagnol s'impose comme langue du pouvoir. Plus de 25 ans se sont écoulés et, même si le galicien a obtenu une normalité dans certains domaines –spécialement dans celui de la culture, de la politique et de l'enseignement–, il n'a pas récupéré, dans l'ensemble de la société, de locuteurs ; au contraire, on assiste à une perte accélérée d'utilisateurs surtout en milieu urbain et parmi les jeunes. C'est pourquoi aujourd'hui le modèle de normalisation suivi est remis en question et on constate également une évidente désorientation quant au chemin à suivre à l'avenir (Sarille, 2007).

2. Bilinguisme et assimilation culturelle

Posant un regard externe sur la Galice et sa langue, Beswick (2007) a constaté qu'il existe encore un sentiment d'infériorité associé au galicien, sentiment qui ne peut être effacé du jour au lendemain, elle affirme aussi qu'il n'est "in any way the language of advancement, prestige and 'cool' at the present time". Beswick admet que la promotion du galicien comme valeur centrale de la communauté ethnique est digne de louange quoique ceci ne garantisse pas sa survie dans une culture globale comme celle d'aujourd'hui. Le galicien doit perdre son caractère rural et s'associer au progrès social et culturel. Néanmoins d'après elle, le castillan doit aussi jouer un rôle important pour que les deux langues puissent coexister sans conflit en Galice :

Of course, Castilian still has a valuable role to play, but in accordance with the stated aims of *bilingüismo harmónico*, the increased use of Galician should complement rather than conflict with the use of Castilian, and in doing so, enhance a sense of ethnic viability alongside the pervading sense of 'Spanishness'. The maintenance and the use of both languages *does* reflect the political, social, cultural, and linguistic reality of the region. Attempts to establish monolingualism in Castilian or in Galician would not" (Beswick, 2007 : 249).

Cependant, le seul choix unilingue possible à l'avenir en Galice, d'après ce qu'indique la dérive actuelle de la situation sociolinguistique, est le monolinguisme en espagnol. Conformément aux objectifs du 'bilinguisme harmonieux' (Regueiro Tenreiro, 1999) que cet auteur invoque, il semble clair que le galicien resterait dans une position subordonnée par rapport à la langue de l'État. La politique linguistique consisterait donc à promouvoir le galicien dans certains domaines mais sans causer de conflit afin de préserver "l'harmonie", c'est ainsi que le galicien "serait une langue protégée, mais subordonnée à l'espagnol" (Regueira 2006 : 85). En fait, c'est ce qui s'est produit sous le gouvernement du *Partido Popular* avec Manuel Fraga à la Présidence de la Xunta de Galicia (1989-2005) et avec Regueiro Tenreiro à la Direction générale de la Politique Linguistique (1989-2000). C'est pendant cette période que le galicien a subi le grand recul signalé par la *Carte Sociolinguistique de la Galice 2004 (Mapa Sociolingüístico de Galicia 2004, MSG-04)* (González, 2008). Une politique linguistique qui a comme objectif de promouvoir un bilinguisme équilibré ne parviendra qu'à renforcer la langue dominante, dans ce cas précis l'espagnol (Recalde, 1997 : 32). Il faut également prendre en considération que le bilinguisme est jugé de façon positive "lorsqu'il s'agit de favoriser la maîtrise des langues internationales", mais qu'il est jugé de façon négative "lorsqu'il s'agit de promouvoir la maîtrise des langues régionales, socialement minorisées ou à diffusion limitée" (Fernández Paz, Lorenzo Suárez & Ramallo, 2008 : 103).

Dans ce sens, la philosophie politique du bilinguisme harmonieux développée en Galice, avec de brèves interruptions, depuis la mise en place de l'autogouvernement et que Lorenzo (2005) a qualifié de "plan linguistique de faible intensité", se rapproche de ce que d'autres ont dénommé 'négligence bénigne' (Nettle & Romaine, 2000 : 153 ; Casanova, 2006 : 130), expression utilisée au départ pour désigner une politique de non-intervention de la métropole dans des contextes coloniaux et qui définit les langues comme des entités en changement permanent et à des trajectoires imprévisibles. Ces langues meurent parce que ceux qui les parlent ont pris conscience de leur désactualisation et en ont choisi d'autres avec de meilleures chances de travail et de progrès économique et social. Il s'agirait donc d'un changement qualitatif dont le 'seul' inconvénient serait la perte d'un héritage culturel spécifique, un effet secondaire inévitable du progrès. Nous sommes à la lisière de l'idéolo-

gie de l'impérialisme ou du nationalisme linguistique espagnol (Moreno Cabrera, 2008 : 106-109) où les usagers, dans le cas présent les Galiciens, renoncent volontairement à leur propre langue parce que le castillan leur semble plus attirant et améliore leurs conditions de vie (Lodares, 2000 : 197).

En réalité, un tel bilinguisme déguise sous des allures de démocratie l'assimilationnisme culturel et linguistique, déjà mis en œuvre dans les processus coloniaux, comme le dit explicitement Alvar (1971 : 39) lorsqu'il parle de l'alphabétisation et de la castillanisation du Pérou : "ici, comme au Mexique, les résultats du bilinguisme sont identiques : tout d'abord, la langue officielle s'établit aux côtés de la langue indigène ; ensuite, elle l'érode et, finalement laisse entrevoir sa complète extinction". L'acquisition d'une langue considérée comme meilleure non seulement devient un besoin de communication mais elle sert également à améliorer le statut social d'une personne et contribue à atteindre des objectifs politiques :

Le bilinguisme doit être encouragé dans tous les points prévisibles pour être efficace sur la durée [...]. Il s'agit de créer, ni plus ni moins, une nouvelle conscience du progrès des communautés (avantages d'un niveau de vie supérieur, bénéfices de la médecine et de l'hygiène, etc.) et également, grâce à ces bénéfices immédiats, d'incorporer les groupes marginaux au développement progressif du pays. Il faut qu'il en soit ainsi pour améliorer les conditions de ceux qui vivent dans la misère et pour le développement équilibré des nations en marche, qui sont lestées par le poids de milliers de personnes étrangères à l'œuvre entreprise par la collectivité. Ces avantages indéniables et –désormais– incontournables exigent d'autres sacrifices (Alvar, 1971 : 49).

Il nous semble aisé de déduire que ces sacrifices à faire impliquent l'anéantissement de langues et de cultures qui enrichissent le patrimoine de l'humanité. Même si le texte auquel appartient cette citation fait référence au contexte colonial, le discours linguistique qui en dérive a, lui aussi, été appliqué au galicien, au catalan, et au basque par certains représentants d'une idéologie très répandue, contraire à leur normalisation, qualifiant même de sinistres "tous ces mouvements et ces efforts, aujourd'hui fréquents, pour enfermer les gens dans des langues minoritaires" (Salvador, 1987 : 66). Il s'agit d'en finir avec la diversité linguisti-

que en utilisant l'assimilation culturelle ; c'est pourquoi cet auteur affirme que Valle-Inclán, lorsqu'il écrit en castillan avec des mots empruntés au galicien, a réussi "le miracle d'incorporer de façon substantielle le galicien à cette koinè linguistique surprenante et variée que nous appelons langue espagnole ou espagnol littéraire" (Salvador, 1987 : 23).

Crystal (2003 : 107-135) fait remarquer précisément que la cause de la mort des langues est d'abord due à des facteurs qui supposent un danger physique pour les personnes puis à des facteurs qui changent les cultures ; une langue meurt si plus personne ne la parle, mais une communauté peut rester vivante tout en perdant sa langue. On associe à ce phénomène l'expression 'd'assimilation culturelle', qui pour l'auteur repose sur le fait qu'une culture dominante exerce une influence sur une autre et provoque la perte du caractère propre de cette dernière, car ses membres changent de comportement et prennent de nouvelles habitudes. La domination peut être la conséquence d'une invasion démographique importante, mais aussi de la supériorité militaire ou de l'hégémonie économique, la taille du groupe envahisseur n'étant pas déterminante. En définitive, la langue devient l'emblème de cette hégémonie et prend la forme d'une langue officielle. Le processus d'assimilation culturelle est accompagné ou renforcé par des facteurs tels que la société de consommation, l'urbanisation, l'homogénéisation, la perte d'autonomie de la communauté locale ou encore l'aliénation qui provoque un manque de contrôle sur sa propre destinée et sur les décisions prises à distance. Dans ce contexte, la langue de la culture dominante s'infiltré partout, renforcée par la pression des moyens de communication, notamment la télévision, avec un effet qualifié par Krauss (1992 : 6) de "an incalculably lethal new weapon" et de "cultural nerve gas" et qui a pour effet l'érosion de la connaissance, des pratiques traditionnelles et l'homogénéisation culturelle.

Lorsqu'une culture en assimile une autre, la séquence d'événements qui touchent la langue en danger semble toujours être la même partout. Crystal (2003 : 120-123) indique trois phases à cet égard. Dans un premier temps les locuteurs subissent une "immense pression" politique, sociale ou économique pour parler la langue dominante. Cette pression peut s'exercer de façon indirecte par des mesures d'incitation, des recommandations et des lois, ou bien directement par l'imposition des courants de mode, des groupes de pression etc. Le résultat en est une

période de bilinguisme émergent, qui constitue la seconde phase, où les gens deviennent de plus en plus compétents dans la langue dominante sans perdre de compétence dans leur langue d'origine, qui commence aussitôt à perdre du terrain. C'est ainsi qu'arrive la troisième phase, où la génération des jeunes devient de plus en plus compétente dans la maîtrise de la nouvelle langue et s'identifie d'avantage à elle en même temps qu'elle sous-estime sa propre langue. Cette séquence d'événements "s'accompagne d'habitude d'un sentiment de honte par rapport à l'usage de la vieille langue aussi bien de la part des parents que de leurs enfants", de sorte que les parents vont moins l'utiliser avec leurs enfants, jusqu'à ce que, au bout d'une génération ou quelquefois au bout d'une dizaine d'années, le bilinguisme d'une famille "peut devenir un semi-bilinguisme auto-conscient et, plus tard, devient un monolinguisme qui rapproche un peu plus cette langue de son extinction" (Crystal, 2003 : 121). Le bilinguisme serait donc l'étape intermédiaire avant la substitution linguistique, comme l'ont affirmé des sociolinguistes réputés (Calvet, 1993 : 73 ; Ninyoles, 2005 : 41-44) et comme on l'observe dans le cas du galicien d'après les données qui découlent des sondages d'opinion :

Le fait qu'il y ait des pourcentages élevés de monolinguisme en castillan en ce qui concerne la langue maternelle (et à la première génération, aussi la langue habituelle) et des niveaux extrêmement bas de monolinguisme en galicien parmi les descendants de bilingues permet d'interpréter le bilinguisme d'un point de vue intergénérationnel comme une étape de transition entre le monolinguisme en galicien et le monolinguisme en castillan (Recalde, 2004 : 370).

Peut-on appliquer à la Galice ce procédé triphasé d'assimilation culturelle et linguistique ? Il semble, à grands traits et avec une séquence temporelle propre, que oui. Une population étrangère en provenance de la Castille, bien qu'en nombre réduit, a occupé au Moyen-Âge toutes les sphères du pouvoir –politique, religieux, militaire et économique– et a imposé sa langue comme langue officielle dans la pratique ; une forte pression a été exercée par la suite pour l'utilisation de la langue exogène, qui a favorisé l'apparition d'un bilinguisme émergent, évoluant vers le monolinguisme en espagnol des classes élevées dès le XIX^e siècle. Aujourd'hui, après un processus graduel, ce monolinguisme s'impose parmi les plus jeunes et en milieu urbain. Cependant il est clair que les

époques sont différentes, car le développement de la première et de la deuxième phase a été très lent, plus de 500 ans, notamment à cause du caractère rural et de l'isolement géographique et politique de la Galice ; mais il est aussi évident que l'accélération du processus dans la dernière phase est surtout dû à ce que Krauss (1992 : 6) appelle "assimilatory education" et "electronic media bombardment", en particulier par la télévision. En ce moment les points forts du galicien viendraient de ce que Ninyoles (2005 : 43) appelle les "secteurs ruraux monolingues". Mais en Galice ces secteurs montrent des signes d'abandon du monolinguisme en galicien, comme le souligne le MSG-04 (González, 2008 : 52). Celui-ci note "une forte chute dans le milieu rural, qui passe de 55.3 % à 40.7 %". Ninyoles affirme aussi ensuite qu'à partir du moment "où ces secteurs commencent à parler les deux langues, nous sommes face au début de la disparition de la langue minoritaire". Voilà donc encore une dérive dangereuse pour l'avenir du galicien.

Il faut se demander maintenant s'il est possible d'arrêter le processus d'assimilation culturelle et linguistique. Crystal (2003 : 122) affirme que c'est dans la deuxième phase, celle du bilinguisme émergent qu'on peut obtenir de réels progrès –freiner, arrêter ou inverser le processus–, et, par conséquent, c'est là qu'il faut concentrer les efforts. Selon lui, le bilinguisme permettrait la coexistence sans affrontement, les deux langues ayant des raisons différentes d'être présentes : la langue dominante est attirante et nécessaire parce qu'elle facilite le mouvement externe de la communauté indigène et qu'elle tisse des liens de compréhension entre les deux mondes, "sans lesquels le progrès serait insignifiant". La langue dominée, au contraire, ne permet pas la communication internationale ou interculturelle mais exprime "l'identité des personnes qui la parlent comme membres d'une même communauté", elle encourage les liens familiaux, préserve les relations sociales et les liens historiques, elle donne aux personnes le sentiment d'appartenir à une même 'lignée', rôle que la langue dominante ne peut remplir. C'est ainsi qu'arrive la proposition de bilinguisme salutaire de l'auteur, état dans lequel les deux langues sont perçues comme "complémentaires et sans concurrence entre elles". Néanmoins, si ce scénario se met en place, la deuxième phase "durera sans doute assez longtemps", en revanche si les personnes ont honte de leur langue et emploient la langue dominante autant que possible, "la deuxième phase sera de courte durée" (Crystal, 2003 : 123-124). C'est-

à-dire le bilinguisme qu'il appelle salutaire, et qui au fond ne s'éloigne pas beaucoup du bilinguisme harmonieux, ne garantirait pas la survie d'une langue minorisée ne permettant, probablement, que d'en reporter l'échéance.

Le galicien a vécu pendant des siècles dans cette deuxième phase de bilinguisme émergent ; c'était en réalité une situation de diglossie ainsi que la sociolinguistique galicienne l'a traditionnellement définie (García Negro, 1991 : 72-92). Toutefois il n'a pas été possible de changer de façon substantielle les attitudes par rapport à la langue dominée pendant cette longue période, comme le préconisait Crystal, et il n'a pas été possible non plus de surmonter les préjugés linguistiques historiquement en vigueur, et qui en partie persistent encore aujourd'hui en Galice surtout parmi les jeunes (González, 2003). Le galicien est, peut-être, déjà plus proche de cette troisième phase d'où, selon le professeur gallois, il est plus difficile de sortir. Pour y parvenir, le galicien possède un atout absent dans la plupart des langues dominées auxquelles fait allusion le professeur Crystal et qui jusqu'à présent n'a pas été correctement exploité. Le galicien, quoique langue dominée, possède, outre la fonction identitaire sur le territoire où il est né, une fonction de communication et d'interaction internationale propre à de nombreuses langues dominantes. En effet, cette langue s'est répandue partout à travers les colonisateurs portugais et, à l'heure actuelle, avec les variantes logiques et sous l'appellation de portugais, elle est parlée au Portugal, au Brésil, et aussi en Afrique et en Asie. Voici un autre galicien possible (Rodrigues Fagim, 2001), ou plutôt un nouvel argument effectif pour que le galicien survive sur son propre territoire d'origine. Cette voie réintégrationniste, sur laquelle nous ne nous étendrons pas, doit être convenablement utilisée ; il est temps de la considérer comme la dernière possibilité de sauvetage de la langue étant donné l'évolution de ces dernières décennies (Roca, 1997).

3. Monolinguisme vs. Plurilinguisme

Certains auteurs commencent à envisager comme anachroniques le maintien des objectifs du monolinguisme et du monoculturalisme dans un contexte d'européanisation et de globalisation croissantes, vue la dérive que subit la langue galicienne, et étant donné que c'est la seule langue en danger en Galice, car l'espagnol ne va disparaître ni à court

terme ni à moyen terme (Subiela, 2002 : 171). Dans ce sens, partant d'une justification de la défense d'un 'monolinguisme actif ou défensif', entendu comme une acceptation du galicien comme langue unique et habituelle de communication en Galice, sans pour cela nier l'existence du bilinguisme et encore moins la mise en pratique d'un 'monolinguisme social', Monteagudo (2002 : 33-43) prône le plurilinguisme comme l'issue à la situation actuelle et s'aventure même à proposer cette solution d'avenir pour le galicien :

L'ensemble des Galiciens sera bilingue productif en galicien et en castillan, une grande majorité maîtrisera aussi l'anglais, et différents secteurs de la population auront des compétences réceptives ou productives en français et en allemand. Le galicien s'approchera du portugais et les contacts s'intensifieront avec le Portugal et les pays lusophones, au point que les compétences dans la première langue, complétées par un petit effort, habiliteront à maintenir une intercommunication fluide avec les locuteurs de la seconde langue. Cet avenir passera par la consolidation du galicien comme langue domestique qui conquerra et gardera une situation prédominante dans un certain nombre de secteurs tout en admettant l'usage du castillan, et le choix de celui-ci et/ou de l'anglais dans d'autres. (Monteagudo, 2002 : 42-43).

Les concepts de bilinguisme et de plurilinguisme sous-entendus dans cette citation appellent quelques précisions appliquées au contexte galicien. Le terme 'bilinguisme' sans autre explication suscite méfiance et suspicion parmi les défenseurs de la normalisation de la langue galicienne. En effet, ce terme est invoqué d'ordinaire par ceux qui dans la pratique prônent un galicien subordonné à l'espagnol, ou tout simplement un monolinguisme dans celui-ci, sachant que l'adoption sans remise en question du discours bilingue, va toujours favoriser la langue dominante et va se retourner contre le galicien. En réalité, au contraire de ce que l'on pense généralement, "ce sont les promoteurs du galicien dans la société qui travaillent pour que la Galice soit une communauté bilingue, comme alternative à une communauté monolingue en castillan" (Subiela, 2002 : 171). Sur un plan strictement théorique, les gens qui défendent le castillan prônent la défense du bilinguisme, bien qu'ils soient essentiellement monolingues dans cette langue et pensent le rester à l'avenir. Dans les pages précédentes on a pu voir que dans une situa-

tion telle que la galicienne, le bilinguisme peut être l'étape préalable au monolinguisme dans la langue dominante.

Face à d'autres discours comme celui du monolinguisme en espagnol, en galicien (ou en galicien-portugais ou en portugais) et celui du bilinguisme avec le galicien dans une position de dominé, Lorenzo (2008 : 28-30) signale comme voie d'avenir pour le galicien le discours du 'plurilinguisme', après avoir considéré que la société actuelle est une société globalisée, que l'espagnol ne va pas disparaître de la Galice et que la relation entre langue et identité est plus complexe qu'une simple attribution univoque. Il signale également comme un élément essentiel de la récupération du galicien le renforcement du prestige social de cette langue ainsi que de ceux qui la parlent, c'est-à-dire, qu'il faut avancer dans 'l'acquisition de pouvoir' (*empowerment*) de la langue galicienne, car une langue qui a du prestige social "mobilisera les consciences, les efforts et les investissements individuels", alors que l'absence de prestige linguistique contribue à un manque de motivation aussi bien pour son apprentissage que pour son utilisation. Il considère les éléments suivants comme importants afin d'augmenter le pouvoir sociolinguistique du galicien : la conservation du groupe social de *galégophones* dans sa proportion actuelle comme base démographique solide, l'acquisition de nouveaux locuteurs comme un sous-groupe important pour leur motivation identitaire et pour leur profil socio-démographique, l'implication des classes moyennes urbaines, car la survie du galicien va se jouer dans les villes, et la participation et le soutien, dans ce processus, des élites économiques et sociales. À partir de là, l'auteur considère nécessaire de chercher une voie propre pour la récupération du galicien, d'éviter de "transposer des concepts et des modèles" venus d'ailleurs sans les remettre en question, d'assumer une responsabilité partagée qui ne fasse pas du gouvernement la réponse à tous les problèmes, "de pratiquer une politique linguistique peu invasive" fondée sur quelques obligations très claires et d'exécution obligatoire. Il insiste sur la nécessité d'une action planificatrice, créative et originale ayant comme axe central la dynamisation sociolinguistique. Pendant la durée du processus "un consensus social et politique maximal" est nécessaire. L'auteur considère à cet égard que le discours du plurilinguisme "peut constituer un point de départ pour concerner les positions auxquelles s'identifierait une majorité de la population" (Lorenzo, 2008 : 30).

Cependant, ce consensus n'existe pas aujourd'hui, car de même qu'avec le bilinguisme, le terme 'plurilinguisme' suscite encore de la méfiance dans les milieux sociaux et les personnes engagées dans la défense du galicien, qui craignent qu'une fois de plus ce discours ne soit utilisé pour justifier la soumission du galicien et la domination de l'espagnol. Dans ce sens, García Negro (2000 : 28-39), oppose la démonisation du monolinguisme considéré comme "l'horizon d'un processus normalisateur" ou pratiqué dans des espaces délimités, à l'adoption pleine d'un "unilinguisme unicolore et exclusif des institutions publiques dépendantes de l'État". De même est sanctifié le bilinguisme à condition qu'il ne le soit que pour les locuteurs des langues minorisées, mais jamais pour ceux de la "langue par excellence, l'espagnol". Même au niveau européen notre auteur constate l'exaltation d'une pluralité linguistique, mais des lois très contraignantes se chargent de démentir et d'empêcher cette pluralité, de sorte que les langues qui font l'objet d'une protection spéciale deviennent au fur et à mesure des langues 'régionales', 'locales' et 'minoritaires'. L'auteur rappelle que, même lorsqu'on utilise l'expression 'apprendre des langues' on fait toujours référence aux langues des grands états, en particulier l'anglais, et non aux langues minorisées ; et elle se demande pourquoi certaines personnes ressentent le besoin d'être polyglottes "tandis que d'autres demeurent confortablement installées dans leur unilinguisme hégémonique, efficace, très répandu, sans conflits, ni inconvénients ni turbulences, sans bruit dans leur communication" (García Negro, 2000 : 37). Thomason (2001 : 33) constate également que le fait de maîtriser plus d'une langue aux États-Unis est un signe d'intelligence et d'éducation privilégiée, "but only if the possessor of this skill is a native speaker of English".

Sanmartín Rei (2009 : 49-66) a recours à son tour au monolinguisme social comme facteur de cohésion de la société galicienne dans le sillon des chemins de l'enthousiasme marqués par les "Irmandades da Fala" et, plus concrètement, par Ramón Vilar Ponte ; mais la défense d'une telle société monolingue ralliée par sa propre langue n'a rien à voir pour l'auteur avec la possibilité et les avantages de connaître un bon nombre de langues. Elle nous met en garde : lorsque tout en défendant le galicien on parle de la nécessité et des bontés du plurilinguisme, la confusion est servie, car si les secteurs de la population les mieux formés peuvent et doivent connaître des langues différentes, le galicien doit aussi être parlé

et remis à la place de l'espagnol, de façon que les citoyens soient compétents dans leur langue, car sans son usage réel, les Galiciens n'ont pas d'avenir en tant que peuple. Tout en reconnaissant l'existence du droit au choix linguistique individuel et de la défense du plurilinguisme associée au rétablissement social du galicien, elle considère cependant "qu'il existe un problème de forces, d'efforts, de temps, d'investissements, d'engagements..., qui vont toujours à l'encontre du galicien". Elle oppose l'arme du plurilinguisme, utile pour se situer dans le monde et élargir ses connaissances, à l'arme du monolinguisme social "comme base fondamentale de l'amalgame, de création d'une masse sociale pour notre pays". C'est la seule arme qui tente d'obtenir une homogénéité linguistique, culturelle et sociale, et la seule capable de garantir l'avenir de notre langue. Il ne s'agit pas de parler une seule langue, mais que les citoyens "utilisent le galicien comme un espace symbolique partagé" (Sanmartín Rei, 2009 : 50-51).

Prétendre mélanger l'intention de transformer le galicien en langue par excellence du pays au développement de connaissances linguistiques hétérogènes est, pour l'auteur, une stratégie de confusion qui relève du manque de planification linguistique. Plutôt que de décrire la réalité, qui conduit au monolinguisme en espagnol, il faudrait la modifier au moyen d'une intervention sociolinguistique qui devrait avoir une incidence sur l'homogénéité linguistique en galicien. Elle est malgré tout consciente qu'il y a de moins en moins de possibilités d'intervention parce que la société galicienne s'en va vers un "lent suicide linguistique" contre lequel il faut se rebeller. Elle ne partage pas l'idée de renoncer à la défense du monolinguisme social qui serait une alternative viable pour la survie du pays, comme le suggère Subiela (2002 : 171) ; elle ne parie pas non plus sur une société plurilingue, telle que la voit Montea-gudo, vision prospective exposée auparavant, et qu'elle qualifie d'utopique. L'auteur décèle plusieurs dangers dans le discours où la création de contextes plurilingues s'oppose à la défense d'une société monolingue : (i) dans la plupart des situations, le plurilinguisme se limite à une présence de l'espagnol et renforce la doctrine du bilinguisme harmonieux, son remplacement par l'anglais n'offrant aucun avantage ni d'éthique ni de justice –l'impérialisme linguistique– car l'anglais arrive par l'intermédiaire de l'espagnol et ne sert qu'à renforcer sa présence ; (ii) la seule fiction de plusieurs langues coexistant sans problèmes –où sont-elles ?,

se demande l'auteur– produit de sérieux doutes “sur le fait que la langue est notre signe principal d'identité, ce qui fait de nous des Galiciens et des Galiciennes, ce qui nous construit comme différents”, ce qui mène à se contenter du slogan “aussi en galicien” ; et (iii) le discours du plurilinguisme est en ce moment utilisé pour cacher le conflit et justifier l'inaction alors que la politique linguistique de l'État espagnol “reste d'un monolinguisme récalcitrant et restrictif”. C'est pourquoi l'auteur insiste sur l'union entre le territoire et la langue, considérant cette dernière comme un espace social partagé :

Il s'agit donc, de récupérer les mots, de les défendre, et de nous les réapproprier ; dans ce sens, la défense d'un territoire avec une seule langue propre est fondamentale pour que les traitements soient efficaces. Nous devons nous reconnaître symboliquement dans un espace qui utilise une langue qui lui est propre, ainsi que d'autres qui ne le sont pas, plus elles seront nombreuses, variées et hétérogènes, mieux ce sera pour notre santé (Sanmartín Rei, 2009 : 56).

La défense du monolinguisme social comme philosophie d'avenir pour la préservation du galicien n'implique donc pas, selon l'auteur, de fermer la porte à la présence d'autres langues en Galice. Quelques lignes avant cette citation, elle reconnaît qu'une “campagne pour le plurilinguisme aurait du sens pour garantir la loyauté linguistique des *galéophones* qui ainsi pourraient être compris”. C'est une façon d'adhérer, bien que sans le dire ouvertement, au ‘plurilinguisme passif ou réceptif’ proposé par Moreno Cabrera (2006) comme formule pour la préservation de la diversité linguistique et, en particulier, celle des langues minorisées dans l'État espagnol et en Europe. Nous allons à présent nous arrêter un instant sur cette intéressante formule.

4. Sesquilinguisme vs. Impérialisme linguistique

Le professeur Moreno Cabrera fait une proposition concrète contre le monolinguisme impérialiste et « l'oligoglossie » afin de défendre la diversité linguistique dans le monde à partir du miracle de la Pentecôte comme solution aux problèmes linguistiques dont les origines remontent à Babel. Ce miracle se résume à une compréhension mutuelle entre les personnes qui parlent des langues différentes, tout en repré-

sentant également une revendication du plurilinguisme. Les galiléens communiquaient dans leur propre langue et ils étaient compris par des personnes qui parlaient des langues différentes, c'est ce que l'auteur prend comme point de départ pour proposer un 'plurilinguisme passif ou réceptif' comme alternative à l'oligoglossie et à la domination de l'anglais. Pour désigner ce type de plurilinguisme opposé au 'plurilinguisme actif' –les personnes d'une communauté avec plusieurs langues seraient capables de les parler toutes– l'auteur introduit le terme de 'sesquilinguisme', déjà utilisé par les traducteurs du *Cours de linguistique Moderne* de Hockett en 1971 pour le terme anglais 'semi-bilingualism', et formé à partir du latin *sesqui*, 'moitié', qui leur semble plus convenable que 'semi-bilinguisme' ; celui-ci donnant l'impression qu'il s'agit d'une capacité incomplète. Le sesquilinguisme est défini par Moreno Cabrera comme la capacité de comprendre une langue sans la parler ou sans la gesticuler ; il veut dire par là qu'il s'agit d'un monolinguisme productif accompagné d'un bilinguisme ou d'un plurilinguisme réceptif. Toutefois, pour que le sesquilinguisme devienne un instrument d'intercommunication plus efficace, il propose de le développer dans une direction concrète, qu'il nomme 'sesquilinguisme coopératif', atteint lorsqu'une personne qui parle sa propre langue prend en considération les connaissances de la langue de son auditeur "pour l'adapter de façon à faciliter la compréhension ou, du moins, ne pas la gêner" (Moreno Cabrera, 2006 : 63).

Vu de cette façon, le sesquilinguisme coopératif permet, d'après l'auteur, la coexistence des langues sur un plan d'une plus grande égalité et lui semble particulièrement adéquat pour l'appliquer au sein de l'Union Européenne (UE), car il peut contribuer bien d'avantage à équilibrer l'usage des différentes langues. À partir du modèle de 'sesquilinguisme coopératif génétique' –celui que l'on rencontre parmi les usagers de langues appartenant à la même famille linguistique–, Moreno Cabrera a conçu un programme de sesquilinguisme, fondé sur une formule mathématique pour les 21 langues officielles de l'UE en 2005, regroupées en neuf familles linguistiques, auxquelles il a ajouté d'autres langues à ce moment-là non officielles ; et enfin les langues dites minorisées, y compris le galicien. Il a fait de même pour les langues des signes de divers groupes européens de sourds. Moreno Cabrera (2006 : 72) prétend ainsi ruiner les "prophéties de mauvais augure des apôtres

du monolinguisme sur la non-maniabilité, le coût exorbitant et l'inefficacité" de certaines institutions européennes devant travailler avec tant de langues et démontrer que non seulement le labeur des interprètes n'augmenterait pas mais qu'il serait autrement plus facile et flexible. Le modèle de sesquilinguisme peut, certes, préserver la diversité linguistique de l'Europe, les langues minorisées y compris, et de fait c'est déjà mis en pratique dans les pays nordiques –La Suède, le Danemark, La Norvège– (cf. la préface de J. Schmitt-Jensen en Schmidely & Alvar & Hernández, 2001 : 15) ou même en Afrique. Cette méthode présente l'avantage que la totalité ou, du moins, la majorité des personnes composant un groupe politique plurilingue comprennent toutes les langues de cette communauté même si elles ne les parlent pas. Au contraire, le concept de plurilinguisme actif, où toutes les personnes de cette communauté parleraient toutes les langues qui s'y emploient, est un objectif peu réaliste. Le sesquilinguisme permettrait, donc, l'usage réel de toutes les langues dans une société plurilingue, tout en encourageant le plurilinguisme. Il n'y aurait de ce fait aucun locuteur obligé de renoncer à sa langue de peur de ne pas être compris.

Cette proposition de sesquilinguisme devient tout spécialement avantageuse pour la Galice, car avec peu d'efforts on peut acquérir de hautes compétences dans les variétés galicienne, portugaise, brésilienne, et même africaine du système linguistique galicien-portugais (Sánchez Rei : 2008), tout en augmentant la compétence passive dans d'autres langues latines d'Europe. Si on ajoute à cela la connaissance, ne serait-ce que passive, de l'anglais, la situation linguistique de cette communauté pourrait devenir enviable : maîtrise active du galicien-portugais et de l'espagnol et passive d'autres langues latines ainsi que de l'anglais. Mais le sesquilinguisme peut également contribuer à préserver la pluralité linguistique à l'intérieur de l'État espagnol, car si le système éducatif espagnol était enrichi par l'acquisition de compétences passives dans les différentes langues de l'État, personne ne se verrait obligé d'utiliser une langue autre que la sienne. Et sans aucun doute en Galice cette acquisition éliminerait les obstacles ou les excuses à la complète normalisation de la langue galicienne, puisque personne ne pourrait prétexter sa méconnaissance.

Le pari exclusif sur l'anglais, ou ce qui revient au même, concentrer tous les efforts, les financiers aussi, sur l'apprentissage de cette

langue, suppose, d'un côté, une reddition devant l'impérialisme linguistique, toujours lié au pouvoir économique et militaire dominant à chaque période et, de l'autre, renoncer à l'enrichissement culturel que nous apportent les langues proches. Est-il logique ou raisonnable, aussi bien en termes culturels qu'économiques, qu'un Espagnol, un Français, un Italien et un Portugais par exemple, aient recours à l'anglais pour communiquer entre eux ? Ils pourraient le faire avec beaucoup moins d'efforts dans leur propre langue, tout en contribuant au maintien de la diversité culturelle et linguistique qui caractérise l'Europe et, en définitive, à la défense de la biodiversité et de l'écologie, car les langues en font partie également. De fait dans Schmidely & Alvar & Hernández (2001) ces langues sont étudiées comparativement dans une direction que nous pouvons bien qualifier de sesquilinguiste. Umberto Eco (1994 : 292-293) avançait déjà dans le même sens il y a quelques années en affirmant qu'une Europe polyglotte ne réside pas dans le fait que les personnes parlent aisément de nombreuses langues, mais que, dans le meilleur des cas, chacun puisse parler la sienne et être compris par son interlocuteur.

On ne remet donc pas en question la valeur actuelle de l'anglais dans les relations internationales. Cependant, son importance indubitable, ne doit pas s'opposer à la défense de la diversité linguistique et ne doit pas servir non plus d'excuse pour nier le rôle d'autres langues, parce qu'à ce moment là on légitime l'impérialisme linguistique, une des principales causes de la mort des langues. La suprématie d'une langue sur les autres, fruit de la conquête militaire, politique ou économique, a été qualifiée par Calvet (1993), qui se fonde sur l'expérience de l'impérialisme raciste de l'Occident, de 'colonialisme linguistique' et de 'glottophagie'. Selon Moreno Cabrera (2008 : 144-145) l'idéologie nationaliste coloniale a pour développement logique 'l'idéologie nationaliste impérialiste', qui sur le plan linguistique a fini par dégénérer "de façon quasi inévitable en une espèce de mégalomanie, de delirium tremens, qui englobe dans ses rêves d'empire" toute l'humanité, comme c'est déjà arrivé avec "la construction du mythe de l'espagnol comme langue universelle. Phillipson (1992 : 47) parle directement de English linguistic imperialism, qui a lieu lorsque la domination de l'anglais est affirmée et maintenue par la mise en place et la reconstitution continue d'inégalités structurelles et culturelles entre l'anglais et d'autres langues. Néanmoins, et tout en res-

tant dominant, l'impérialisme de l'anglais n'est pas le seul. En fait, l'idée que l'imposition de la langue aille de pair avec la domination politique vient de loin, comme le démontre la grammaire castillane de Nebrija, de 1492 qui ressasse le parallélisme entre langue et empire et qui traite de barbares les gens qui ne parlent pas sa langue ; ce qui est un exemple de racisme linguistique (Freitas, 2008 : 76), également visible dans les processus de colonisation de l'Amérique, de l'Afrique et de l'Asie. Voici un autre exemple plus proche dans le temps : les pays colonisateurs et impérialistes ont créé des institutions pour étendre leur domination linguistique dans le monde, The British Council, l'Alliance Française, Goethe Institute, Instituto Camões ou l'Institut Cervantès. Ce dernier, tout comme les deux précédents, ne se consacre pas précisément à l'étude de la vie et de l'œuvre du grand écrivain (Moreno Cabrera, 2008 : 146), mais à étendre la domination de l'espagnol dans le monde comme représentant institutionnel "d'une idéologie nationaliste castillane centraliste dirigée depuis Madrid et assumée en partie par le monde hispanique et tout à fait évidente dans la RAE [Real Academia Española]" (Moreno Cabrera, 2008 : 158).

Dans la réalité, comme l'affirme Edwards (1994 : 104), "all imperial powers have, directly or indirectly, made their languages attractive and sometimes necessary to conquered or colonized groups". C'est-à-dire, tous les pays impérialistes ont tenté d'imposer leur langue grâce à différentes stratégies. L'Espagne, qui a étendu sa domination à d'autres continents, n'a pas été une exception, le Portugal non plus, qui a emmené le galicien –déjà avec la dénomination de portugais– en Amérique, en Afrique et en Asie. Mais lorsque cette expansion a débuté, à la fin du Moyen-Âge, les différents royaumes de la Péninsule n'étaient pas unifiés et la Castille, à ce moment-là de plus en plus hégémonique, a dû conquérir et coloniser, parmi d'autres, le royaume de Galice (Freixeiro, 2002 : 52-60 ; Constenla, 2003 : 54-55) pour assurer son pouvoir sur la Péninsule Ibérique. C'était l'époque appelée 'dressage et castration' dont parle l'homme politique et écrivain galicien Castelao (1961 : 37) –"La Galice est restée soumise à un régime de colonie conquise, indigne d'exercer ses droits politiques. Les *Rois Catholiques* ont dressé la noblesse et châtré le peuple"–. Il se fait ici l'écho des paroles de l'historien officiel des Rois Catholiques, l'aragonais Jerónimo Zurita. La Galice devient une province presque aussi lointaine que les territoires colonisés d'outre-mer.

C'est le début d'un processus d'assimilation et de répression linguistique encore en vigueur au XX^e siècle (Freitas, 2008) et qui, par d'autres voies et avec de nouvelles stratégies, continue aujourd'hui, exigé par un capitalisme économique qui cherche de nouveaux marchés dans le monde à travers la domination culturelle sans renoncer à ceux qu'il possède déjà (Moreno Cabrera, 2008 : 171-172).

Permettre l'aboutissement du processus de substitution linguistique en Galice, équivaut à succomber à l'impérialisme linguistique espagnol après des siècles de résistance dans des conditions objectivement pires que celles d'aujourd'hui, quoique favorisées par l'isolement et par le caractère majoritairement rural de la population. L'impérialisme de l'anglais, tout aussi indésirable, ne semble pas supposer à l'heure actuelle un réel danger pour la survie du galicien, du moins à court et à moyen terme : dans tous les cas le danger viendrait de l'espagnol. Dans le dilemme entre assassinat et suicide des langues (Edwards, 1994 : 102-104), il est clair que si le galicien était assassiné son *killer language* serait sans aucun doute l'espagnol et non pas l'anglais, qui seulement à très long terme pourrait devenir à son tour la langue assassine de l'espagnol tout comme des autres langues des grands états. Cependant, la transformation indubitable aujourd'hui de l'anglais en langue franche internationale ne garantit pas qu'elle va le rester dans un avenir plus ou moins lointain. En effet, le français a été jusqu'à la fin de la première guerre mondiale la langue de la diplomatie. Et si dans les prochains siècles un changement mondial d'ordre économique et militaire survenait, qu'une nouvelle puissance émerge, sa langue pourrait aussi devenir la nouvelle langue franche, si elle n'a pas été assassinée auparavant par l'anglais. Cette langue pourrait même être le galicien-portugais si cette puissance était le Brésil pourvu qu'il ne se soit pas soumis avant à l'empire de l'anglais. Mais quelques soient les hypothèses nous serons toujours sous la menace d'un impérialisme linguistique et face à la perte de la diversité linguistique dans le monde, synonyme de la diversité culturelle (Comellas, 2006).

5. L'écolinguistique et les droits linguistiques des êtres humains

Il faut donc chercher d'autres alternatives qui ne supposent pas la domination de certains peuples et de certaines cultures sur d'autres et qui

favorisent la continuité de la richesse ethno-linguistique et culturelle déjà existante. Une possibilité serait d'accepter une langue artificielle comme véhicule pour la communication internationale, soit l'esperanto, soit une autre parmi les diverses propositions existantes (Moure, 2005). De toute façon il faudrait passer des d'accords entre les nations ou les états si l'on veut être efficace, ce qui ne paraît pas être le cas pour l'instant. Le sesquilinguisme que l'on vient d'analyser, est une autre alternative partielle et facile à appliquer notamment dans le contexte de l'Union Européenne, selon la formule proposée par Moreno Cabrera (2006 : 63-73). Mais celui-ci peut s'intégrer dans une alternative globale à la situation actuelle de destruction continue de la pluralité linguistique. Il s'agit de l'écolinguistique ou écologie des langues (Bastardas, 1996) et donc de la défense des droits linguistiques comme faisant partie des droits des personnes (Skutnabb-Kangas, 2000 et 2001 ; Skutnabb-Kangas & Phillipson & Rannut, 1994), philosophie dans laquelle il faut inclure la défense et la préservation du galicien.

En partant de l'hypothèse de l'adaptation des moyens de parler aux conditions spécifiques du contexte, Mühlhäusler (2001 : 135) soutient que la diversité linguistique "emerges as a vast repository of accumulated human knowledge and experience" ; de même que les courants marins ou les couches de glace gardent la mémoire des changements climatiques à court et à long terme et que les livres constituent la mémoire des cultures écrites, les langues humaines contiennent la mémoire de la capacité de l'invention humaine, de l'adaptation et des habiletés pour la survie. Pour expliquer comment les langues s'adaptent au changement des conditions environnementales, Mühlhäusler étudie des cas de mobilité (émigration, mouvements de réfugiés, tourisme etc.) où les locuteurs de certaines langues se sont établis dans des lieux où ces langues n'étaient pas parlées auparavant. Il prétend ainsi combattre la perspective égalitaire défendue par de nombreux linguistes affirmant que toutes les langues ont la capacité de dire ce que leurs locuteurs ont besoin d'exprimer. Il cherche à démontrer, au contraire, que les langues diffèrent considérablement dans leur capacité d'expression et que l'adaptation de n'importe quelle langue à un nouveau contexte "takes several generations of speakers" (Mühlhäusler, 2001 : 140). Il en arrive à la conclusion que les personnes ne peuvent contrôler que ce qu'elles connaissent et ne connaissent que ce qui pour elles a une expression

linguistique. Lorsqu'elles se sont retrouvées dans un contexte nouveau et inconnu où il a fallu développer la connaissance et les recours linguistiques nécessaires pour vivre, les conséquences négatives des colonisations humaines ont été nombreuses pour l'environnement à cause des actions et des pratiques qui allaient à l'encontre de la nature ; dans une première étape une énorme destruction a lieu et, après de longs processus d'apprentissage, on arrive à un rapprochement entre l'entourage de la langue et de la connaissance et l'environnement, ce qui suppose assez souvent atteindre une coexistence équilibrée. L'île de Norfolk en est un exemple : 200 ans n'ont pas été suffisants pour adapter la langue à la complexité écologique de l'île, très riche en espèces endémiques. C'est ainsi que les îliens ont contribué involontairement à une sévère dégradation environnementale de la faune et de la flore, de sorte qu'ont disparu 95% des forêts tropicales, de grandes superficies sont désormais envahies par des plantes exotiques féroces. L'auteur conclut en affirmant que les langues "are repositories of past experience and once lost, a great deal of effort will be required to recover what has been lost with them" (Mühlhäusler, 2001 : 143).

Nous n'allons pas dire de la Galice qu'elle est une île dont l'expérience serait comparable. Cependant, son isolement séculaire aussi bien géographique –elle est entourée de montagnes et par la mer– que politique –elle a été surnommée le royaume oublié– a favorisé que pendant les siècles d'une lente castillanisation du monde urbain, la campagne soit restée presque imperméable aux influences étrangères et que ses habitants soient monolingues en galicien, langue en parfaite harmonie avec son territoire. La pénétration progressive de quelques interférences linguistiques dans le langage populaire et rural n'a pas touché significativement le lexique patrimonial de la vie campagnarde et maritime, qui encore aujourd'hui conserve une grande vitalité. Mais ces derniers temps, la pression du castillan est de plus en plus intense et elle touche aussi le monde rural, où l'usage monolingue du galicien est désormais en-dessous de 50 % (González, 2008 : 52). Il semble désormais que le processus de substitution linguistique s'accélère aussi en milieu rural ce qui peut briser définitivement l'équilibre entre langue et écologie. En effet, comme l'affirme Posey, sans les conditions favorables à la préservation de la diversité linguistique, la transmission des connaissances sera brisée et avec elle le maintien de la biodiversité au niveau local ; même

si une partie de cette connaissance locale peut être conservée en cas de perte ou de détérioration de la langue, “the richness of traditional ecological knowledge can be conserved only through the maintenance of language diversity”. Dans le cas du galicien, sa possible disparition en milieu rural supposerait la perte irréparable d'une connaissance environnementale liée indissociablement à la langue. D'où le besoin et le droit à l'autodétermination et au contrôle des propres ressources :

The integral (holistic) nature of knowledge systems has been shown to be linked to land and territory. Thus, it is impossible to discuss conservation of cultural and linguistic diversity without discussing the basic rights of local peoples and their self-determination and control over their own lands and resources (Posey, 2001 : 395).

Cette citation nous conduit au cœur du débat linguistique en Galice et du rapport entre langue, territoire, individu, et leurs droits respectifs. López de Castro Ruíz (2002 : 98-104), en ce qui concerne les principes juridiques de territorialité et de personnalité, pense que autant la Constitution espagnole que le Statut d'autonomie galicien optent pour un modèle mixte, car ils n'ont pour base ni la personne –l'exercice des droits linguistiques ne s'étendant pas à tous les citoyens ni sur tout le territoire sauf pour les hispanophones– ni le territoire, la suprématie constitutionnelle de l'espagnol empêchant “l'intégrité culturelle et la pleine normalisation linguistique”. Il souligne cependant “qu'il y a des possibilités de promouvoir des lois et une politique linguistique qui avance dans la reconnaissance d'un cadre territorial sur la base du binôme juridique ‘langue propre–normalisation linguistique’, respectant au maximum les droits linguistiques individuels”. On a déjà vu comment Sanmartín Rei (2009 : 56) considérait incontournable la défense d'un territoire avec sa propre langue pour mener à bien une politique linguistique judicieuse. Monteagudo (2002 : 32-33), de son côté, ne voit pas viable l'inversion du modèle napoléonien : ‘une langue, une nation, un état’. En effet, personne ne prend plus ce modèle en considération, mais plutôt d'autres modèles avec des perspectives différentes cherchant à préserver les langues minorisées. À l'ère de la globalisation, la transnationalisation de l'économie et les nouvelles technologies de la communication causent une rupture de la situation traditionnelle “qui permettait de maintenir les individus dans un certain monolinguisme fonctionnel ; elles conduisent

de plus au bilinguisme ou à la polyglottisation fonctionnelle”, comme l’écrit Freitas (2008 : 85-86). Il se fait ici l’écho d’Albert Bastardas, qui propose de dépasser la dichotomie entre territorialité et personnalité grâce au principe de la subsidiarité : tout ce qui peut être réalisé par une langue ‘locale’ ne doit pas être fait par une langue plus ‘globale’. Ceci permettrait de développer la connaissance massive d’autres langues mais en accordant, quand c’est possible, la prééminence fonctionnelle à la langue de chaque groupe linguistique historiquement constitué. Bastardas introduit ainsi le principe des fonctions spécifiques ou exclusives pour les langues locales. Elles devraient couvrir tous les domaines sans perte de prestige, situation où il s’approprie le concept de ‘diglossie positive’ et nouvelle étape qu’il qualifie de ‘Glocal’ et qui serait appelée à dépasser la dichotomie entre ce qui est local et ce qui est global. Dans ce sens, González Reboredo (2001 : 241) affirme que seules les nations et les groupes ethniques qui réussiront une synthèse raisonnable entre globalisation et localisation – “qui parviendront à la *glocalisation*” – pourront survivre dans la différence, “les autres se trouvant réduits à de simples sous groupes avec des restes qui, au mieux, deviendront des reliques des vieilles identités particulières”.

Le caractère hypercentral de l’anglais et le processus actuel de mondialisation, qui “représente une nouvelle menace pour nos langues non-normalisées” (Constenla, 2003 : 64), mettent en évidence le besoin d’insister sur la défense de la diversité écologique pour préserver les langues, mais aussi pour la propre survie de l’humanité, car les dommages à l’un des éléments de l’écosystème auraient des conséquences imprévisibles pour l’ensemble. Tout comme la diversité a en elle-même le potentiel pour réussir une adaptation, l’uniformisation peut endommager les espèces. Ceci est aussi valable pour les langues, puisque la diversité linguistique est indissociable de la diversité biologique. Du point de vue de la défense de la langue galicienne, il faut défendre le plurilinguisme, non pas compris comme une présence désordonnée et égalitaire de plusieurs langues sur son territoire, où le galicien doit être considéré comme une langue propre et un facteur de cohésion sociale, mais comme une idée opposée à la stratégie monolingue, monoculturelle et destructrice mise en place aujourd’hui dans les sociétés post-industrielles, qui tue la créativité et l’innovation (Skutnabb-Kangas, 2000 : 19-20). L’uniformisation linguistique, loin de nous rendre plus libres et plus humains, nous ferait

ressembler d'avantage aux animaux, qui “en sont encore au langage universel”, comme l'a dit Afonso Daniel R. Castelao (1961 : 43). Elle s'accompagnerait d'une uniformisation culturelle, qui en finirait avec la créativité humaine et, loin d'apporter la paix, elle apporterait très probablement le totalitarisme (Nettle & Romaine, 2000 : 199).

Cette diversité culturelle et linguistique est aujourd'hui menacée et les locuteurs des langues minoritaires et minorisées sont discriminés, parfois ils ne peuvent même pas s'identifier avec leur langue. Skutnabb-Kangas & Phillipson (1994 : 71), affirment : “[s]peakers of more than 6000 languages are not entitled to education, nor to administration of justice or public services through the medium of their mother tongue”, se voyant donc privés de leurs droits linguistiques. C'est pourquoi les défenseurs de la diversité et de l'écologie des langues considèrent que les droits linguistiques font partie des droits de l'homme et comme tels doivent être défendus. C'est pourquoi aussi en 1994 a débuté l'élaboration de la *Universal Declaration of Linguistic Rights* (cf. Skutnabb-Kangas & Phillipson, 1994 : 98-100) qui “permet de reconnaître l'égalité du statut de toutes les langues, tout en mettant l'accent sur le rôle irremplaçable de celles-ci dans l'identité individuelle et collective des communautés” (Casanova, 2006 : 139). Paraphée de façon solennelle en 1996 avec le soutien moral et technique de l'UNESCO, cette même année elle a été adoptée à l'unanimité par le Congrès des Députés espagnol et par le Parlement galicien, bien que se produisent encore des “infractions légales” et des “refus catégoriques à l'utilisation, chez nous, en public du galicien, tout comme les lois sont censées protéger” (García Negro, 2000 : 52). Dans ce sens, il faut rappeler qu'en Galice, encore en 2009, les droits des *galégophones* ne sont pas les mêmes que ceux des hispanophones, car on impose aux Galiciens le devoir constitutionnel de connaître l'espagnol, alors qu'on ne reconnaît à leur langue que le droit à l'usage ; droit qui, dans la pratique, rencontre bien des obstacles, en particulier dans le domaine de la justice et aussi, pour des raisons différentes, dans celui de l'enseignement (Nogueira López : 2008).

Il faut donc avancer en Galice dans la défense des droits linguistiques des *galégophones* ; droits qui, à l'heure actuelle, ne sont pas garantis et qui risqueraient de perdre du terrain si les mesures régressives en matière linguistique, annoncées par le nouveau gouvernement élu

le premier mars 2009, devenaient réalité. Il faut également rattacher cette défense à l'écolinguistique comme alternative à la globalisation parce que la langue autochtone fait partie de l'écosystème galicien et parce qu'elle reflète une vision du monde propre et différenciée. Dans ce sens, c'est un élément essentiel de l'identité singulière de la communauté où elle est née. Sa préservation contribue à la défense de l'écologie et de la biodiversité, tandis que sa mort pourrait provoquer leur destruction.

6. Conclusion

La langue galicienne est une langue minorisée dont l'avenir est menacé par son immersion dans un processus de substitution linguistique de plus en plus rapide. Concernant les langues en conflit sur son territoire, il existe plusieurs alternatives pour la Galice de demain : l'impérialisme linguistique de l'espagnol ou de l'anglais ; le monolinguisme en espagnol ; le bilinguisme avec prépondérance du galicien ; le bilinguisme avec subordination du galicien ; le monolinguisme en galicien –avec la variante de monolinguisme en galégo-portugais– ; le plurilinguisme actif, le plurilinguisme passif ou sesquilinguisme, l'écolinguisme, le réintégrationnisme, etc. Parmi les impérialismes linguistiques seul celui de l'espagnol peut éliminer le galicien à moyen terme, car celui de l'anglais n'est pas, à l'heure actuelle, une menace réelle pour le galicien ; le bilinguisme avec le galicien en position dominante n'existe pas aujourd'hui et il est peu probable que cela arrive à l'avenir ; c'est la domination de l'espagnol qui est en vigueur en ce moment, et celle-ci ira très certainement en augmentant. En ce qui concerne les monolinguismes possibles, seul celui de l'espagnol est viable à moyen ou à long terme, si les conditions actuelles sont maintenues ; tandis que le sesquilinguisme, et un certain degré de plurilinguisme dépendront, eux, des politiques linguistiques qui s'implanteront dans les prochaines années. De toute façon, un seul de ces termes ne suffira pas à définir une situation aussi complexe.

Tout en rejetant l'impérialisme comme alternative antiécologique et contraire à l'éthique, il faudra prendre en compte, pour l'avenir du galicien à l'ère de la globalisation, des situations différentes qui très probablement vont continuer à exister et dont il faudra tirer le meilleur profit

: un monolinguisme actif ou défensif en galicien (Monteagudo, 2002 : 33) dans le secteur linguistiquement le plus conscient de la société galicienne ; un monolinguisme institutionnel en galicien comme élément de cohésion sociale et comme espace symbolique partagé (Sanmartín Rei, 2009 : 49) ; un bilinguisme avec le galicien en position dominante chez les locuteurs qui ont le galicien comme langue habituelle, même s'ils utilisent l'espagnol dans certains contextes ; un bilinguisme avec le galicien dans une situation dominée –bilinguisme harmonieux– chez les personnes qui ont l'espagnol comme langue habituelle et qui deviennent de plus en plus compétentes en galicien, et le parlent dans des contextes propices –espace favorable à augmenter le nombre de galéophones habituels, si ces contextes sont bien entretenus– ; un monolinguisme par facilité en espagnol où le galicien serait assumé comme langue officielle par les hispanophones habituels sans engagement vis-à-vis de leur communauté ; un sesquilinguisme dans le système éducatif impliquant une familiarisation avec les variantes galégo-portugaises et des compétences passives dans les langues latines les plus proches, outre la connaissance de l'anglais et/ou d'autres langues... Il faudra tenir compte aussi d'un monolinguisme résistant en espagnol dans les secteurs minoritaires de la société qui s'opposent idéologiquement au galicien.

En définitive, le galicien, langue nationale de la Galice et dénomination d'origine du système linguistique galégo-portugais, doit se consolider comme langue naturelle et propre du pays grâce au progrès résolu du processus de normalisation linguistique mis en place au cours des années précédentes, quoiqu'avec peu de volonté de la part du pouvoir politique et sans succès auprès de la société. Il faut ajouter à cela une ouverture générale de la société galicienne au Portugal et aux pays lusophones, dans les domaines culturel, économique, sportif ou encore dans celui de l'information. C'est avec ce rapprochement et avec un ferme compromis de la société et des forces politiques envers le galicien que l'on pourra inverser sa dangereuse dérive vers son extinction et que l'on pourra changer sa situation actuelle de langue viable mais potentiellement en danger, en une langue sûre.

Références

- Alvar, M. (1971) : Bilingüismo e integración. *Revista Española de Lingüística*, 1/1, 25.
- Bastardas i Boada, A. (1996) : *Ecologia de les llengües. Medi, contactes i dinàmica sociolingüística*. Proa, Barcelona.
- Beswick, J. E. (2007) : *Regional Nationalism in Spain. Language Use and Ethnic Identity in Galicia*. Multilingual Matters, Clevedon/ Buffalo/ Toronto.
- Calvet, L.-J. (1993) : *Lingüística e colonialismo. Pequeno tratado de Glotofaxia*. Laivento, Santiago de Compostela.
- Casanova, I. (2006) : *O Destino das Línguas : que futuro no espaço da UE?* Universidade Católica, Lisboa.
- Castelao, [A. D. Rodríguez] (1961) : *Sempre en Galiza*. Edición "As Burgas", Buenos Aires.
- Comellas, P. (2006) : *Contra l'imperialisme lingüístique : a favor de la linguodiversitat*. La Campana, Barcelona.
- Constenla Bergueiro, G. (2003) : A situación do galego : do colonialismo á mundialización. In : Bringas, A. & B. Martín (eds.) : *Nacionalismo e globalización : lingua, cultura e identidade*. Servizo de Publicacións da Universidade, Vigo, pp. 53-69.
- Crystal, D. (2003) : *A morte das linguas*. Galaxia, Vigo.
- Eco, U. (1994) : *La Búsqueda de la Lengua Perfecta en la Cultura Europea*. Crítica, Barcelona.
- Edwards, J. (1994) : *Multilingualism*. Penguin Books, London.
- Euromosaic. Producción e reprodución dos grupos lingüísticos minoritarios da UE* (1997). Xunta de Galicia/ CILL Ramón Piñeiro, Santiago de Compostela.
- Fernández Paz, A. & A. M. Lorenzo Suárez & F. Ramallo (2008) : *A planificación lingüística nos centros educativos*. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.
- Fernández Rei, F. (2003) : As linguas románicas minorizadas e o seu futuro na era da globalización. In : Bringas, A. & B. Martín (eds.) : *Nacionalismo e globalización : lingua, cultura e identidade*. Servizo de Publicacións da Universidade, Vigo, pp. 25-52.
- Freitas Jovino, M. P. (2008) : *A represión lingüística en Galiza no século XX. Aproximación cualitativa á situación sociolingüística de Galiza*. Xerais, Vigo.
- Freixeiro Mato, X. R. (2002) [1997] : *Lingua galega : normalidade e conflito*. Laivento, Santiago de Compostela.
- García Negro, M. P. (1991) : *O galego e as leis. Aproximación sociolingüística*. Edicións do Cumio, Pontevedra.

- García Negro, M. P. (2000) : *Direitos lingüísticos e control político*. Laivento, Santiago de Compostela.
- González González, M. (dir.) (2003) : *O galego segundo a mocidade. Unha achega ás actitudes e discursos sociais baseada en técnicas experimentais e cualitativas*. Real Academia Galega, A Coruña.
- González González, M. (dir.) (2008) : *Mapa sociolingüístico de Galicia 2004*. Vol. 2 : *Usos lingüísticos en Galicia*. Real Academia Galega, A Coruña.
- González Reboredo, X. M. (2001) : A construción de referentes de identidade etno-nacional. Algunhas mostras sobre Galicia. In : X. M. González Reboredo (coord.) : *Etnicidade e nacionalismo. Simposio Internacional de Antropoloxía (Santiago de Compostela, 17-19 de abril de 2000)*. Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, pp. 201-247.
- Haugen, E. (1972) : *The ecology of language. Essays by Einar Haugen*. Stanford University Press, Stanford.
- Iglesias Álvarez, A. & F. Ramallo (2003) : Relocalización, identidades e linguas periféricas : o caso galego. In : Bringas, A. & B. Martín (eds.) : *Nacionalismo e globalización : lingua, cultura e identidade*. Servizo de Publicacións da Universidade, Vigo, pp. 117-132.
- Krauss, M. (1992) : The World's Languages in Crisis. *Language*, 68, pp. 4-10.
- Lodares, J. R. (2000) : *El paraíso políglota. Historias de lenguas en la España moderna contadas sin prejuicios*. Taurus, Madrid.
- López de Castro Ruíz, H. (2002) : Identidade cultural e dereitos lingüísticos : a lei e a trampa. In : *A normalización lingüística a debate*. Xerais, Vigo, pp. 83-130.
- Lorenzo Suárez, A. M. (2005) : Planificación lingüística de baixa intensidade : o caso galego. *Cadernos de Lingua*, 27, pp. 37-59.
- Lorenzo Suárez, A. M. (2008) : A situación sociolingüística do galego : unha lectura. *Grial*, 179, pp. 19-31.
- Maffi, L. (2001) : Language, knowledge and indigenous heritage rights. In : Maffi, L. (ed.) : *On biocultural diversity. Linking language, knowledge and the environment*. Smithsonian Institution Press. Washington/ London, 412-432.
- Monteagudo, H. (2002) : A lingua galega na sociedade : descrición da situación actual e perspectivas de futuro. In : *A normalización lingüística a debate*. Vigo, Xerais, Vigo, pp. 7-46.
- Monteagudo, H. & X. M. Bouzada (coords.) (2002) : *O proceso de normalización do idioma galego (1980-2000)*. Volume 1. *Política lingüística : análise e perspectivas*. Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela.
- Moreno Cabrera, J. C. (2000) : *La dignidad e igualdad de las lenguas. Crítica de la discriminación lingüística*. Alianza, Madrid.

- Moreno Cabrera, J. C. (2006) : *De Babel a Pentecostés. Manifiesto plurilingüista*. Horsori, Barcelona.
- Moreno Cabrera, J. C. (2008) : *El nacionalismo lingüístico. Una ideología destructiva*. Península, Barcelona.
- Moure, T. (2005) : *Outro idioma é posible. Na procura dunha lingua para a humanidade*. Galaxia, Vigo.
- Mühlhäusler, P. (2001) : Ecolinguistics, linguistic diversity, ecological diversity. In : Maffi, L. (ed.) : *On biocultural diversity. Linking language, knowledge and the environment*. Smithsonian Institution Press, London, pp. 133-144.
- Mühlhäusler, P. (2003) : *Language of Environment. Environment of Language. A Course in Ecolinguistics*. Battlebridge Publications, London.
- Nettle, D. & S. Romaine (2000) : *Vanishing voices. The extinction of the world's languages*. University Press, Oxford.
- Ninyoles, R. L. (2005) : *Idioma e poder social*. Laiovento, Santiago de Compostela.
- Nogueira López, A. (2008) : Dereito á educación. Garantía de competencia lingüística e contido dos dereitos lingüísticos. In : Álvarez Yagüez, J. & S. Lago Peñas (coords.) : *A convivencia plural : dereitos e políticas de xustiza*. Escola Galega de Administración Pública, Santiago de Compostela, pp. 85-99
- Phillipson, R. (1992) : *Linguistic Imperialism*. Oxford University Press, Oxford.
- Posey, D. A. (2001) : Biological and cultural diversity. The inextricable, linked by language and politics. In : Maffi, L. (ed.) : *On biocultural diversity. Linking language, knowledge and the environment*. Smithsonian Institution Press, Washington/ London, pp. 379-396.
- Recalde, M. (1997) : *La vitalidad etnolingüística gallega (= Lynx. Documentos de trabajo, 9)*. Centro de Estudios sobre Comunicación Interlingüística e Intercultural, Valencia.
- Recalde, M. (2004) : Os fenómenos da desgaleguización e a (re)galeguización en Galicia. In : Álvarez Blanco, R. & F. Fernández Rei & A. Santamarina (eds.) : *A Lingua Galega : Historia e Actualidade*. Instituto da Lingua Galega & Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, pp. 357-370.
- Regueira, Xosé Luís (2006) : Política y lengua en Galicia : la 'normalización' de la lengua gallega. In : Castillo, M. & J. Kabatek (eds.) : *Las lenguas de España. Política lingüística, sociología del lenguaje e ideología desde la Transición hasta la actualidad*. Vervuert-Iberoamericana, Madrid, pp. 61-93.
- Regueiro Tenreiro, M. (1999) : *Modelo harmónico de relación lingüística. Estudio en Galicia*. TresCetres, A Coruña.
- Rodrigues Fagim, V. (2001) : *O galego (im)posível. Radiografía de umha regeneraçom inconclusa*. Laiovento, Santiago de Compostela.

- Salvador, G. (1987) : *Lengua española y lenguas de España*. Ariel, Barcelona.
- Sánchez Rei, X. M. (2008) : O portugués popular europeo dos séculos XVI-XIX e a sua importância para o estudo do Galego Médio. *Revue Romane*, 43/2, pp. 248-272.
- Sanmartín Rei, G. (2009) : *Nos camiños do entusiasmo. Calidade da lingua e planificación lingüística*. Xerais, Vigo.
- Sarille, X. M. (2007) : *A impostura e a desorientación na normalización lingüística*. Candeia Editora, Santiago de Compostela.
- Schmidely, J. (coord.) & M. Alvar & C. Hernández (2001) : *De una a cuatro lenguas : del español al portugués, al italiano y al francés*. Arco Libros, Madrid.
- Skutnabb-Kangas, T. (2000) : *Linguistic Genocide in Education - or Worldwide Diversity and Human Rights?* Lawrence Erlbaum Associates, London.
- Skutnabb-Kangas, T. (2001) : Linguistic human rights in education for language maintenance. In : Maffi, L. (ed.) : *On biocultural diversity. Linking language, knowledge and the environment*. Smithsonian Institution Press, Washington/ London, pp. 397-411.
- Skutnabb-Kangas, T. & R. Phillipson (1994) : Linguistic human rights, past and present. In : Skutnabb-Kangas, T. & R. Phillipson & M. Rannut (eds.) : *Linguistic human rights. Overcoming linguistic discrimination*. Multilingual Matters, Clevedon, pp. 71-110.
- Skutnabb-Kangas, T. & R. Phillipson & M. Rannut (eds.) (1994) : *Linguistic human rights. Overcoming linguistic discrimination*. Multilingual Matters, Clevedon.
- Subiela, X. (2002) : Política lingüística en Galicia. In : *A normalización lingüística a debate*. Xerais, Vigo, pp. 131-171.